

A SÓCIO-ANTROPOLOGIA DAS COMUNIDADES DE PESCADORES MARÍTIMOS NO BRASIL: UMA SÍNTESE HISTÓRICA

Prof. Antonio Carlos Diegues
Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB
Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o conjunto de trabalhos sobre as comunidades de pescadores marítimos produzidos no Brasil, enfatizando a contribuição das ciências sociais, particularmente da sociologia e da antropologia. Essa contribuição começou a se fazer mais visível a partir da década de 70, com uma grande concentração de trabalhos antropológicos e sociológicos. O número maior de trabalhos nessa década coincide com o aparecimento das empresas de pesca industrial, incentivadas pelo governo federal e que tiveram forte impacto sobre a pesca artesanal, até então dominante no país. Essas empresas, além de rapidamente devastar os recursos pesqueiros nas regiões sul e sudeste, entraram freqüentemente em conflito com as pescas artesanais, seja invadindo estuários e áreas costeiras próximas seja recrutando a força de trabalho entre as comunidades de pescadores artesanais.

1. A PESCA E OS PESCADORES NO BRASIL: um breve histórico

A pesca, praticada pelos índios, é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil e peixes, crustáceos e moluscos eram parte importante de sua dieta alimentar. Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade da pesca e coleta.

Jean de Léry, calvinista, estudioso de teologia, que em meados do século XVI participou da tentativa colonizadora francesa no Rio de Janeiro descreve com detalhes a pesca praticada pelos índios Tupimbás. Ao longo do litoral, esses indígenas usavam

canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e também piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas embarcações utilizadas na pesca litorânea.

Terminando, direi, ainda, a respeito do modo de pescar dos tupinambás, que além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis, presas a linhas feitas de uma planta chamada tucom..Também penetram no mar e nos rios tem jangadas, a que chamam piperis: são feitas de cinco ou seis paus redondos Quando o tempo está bom e os selvagens pescam separadamente, parecem de longe, tão pequenos se vêem, macacos ou melhor rãs, aquecendo-se ao sol em achas de lenha soltas na água...(Jean de Léry, p.148-149).

Além disso, Jean de Lery surpreendia-se com a facilidade com que os indígenas pescavam com as redes trazidas pelos europeus. "Se porventura os deixávamos manejar as redes, revelavam grande habilidade". (p.149)

Ainda no período colonial, além da pesca indígena de subsistência, organizou-se a pesca da baleia, que se constituía num monopólio da Coroa Portuguesa. (Ellis, 1969). A concessão dessa pesca era dada a pescadores portugueses e bascos. A mão-de-obra utilizada na captura da baleia era constituída sobretudo por escravos africanos, (Langesdorf, G 1996) muitos dos quais negros libertos, sobretudo a partir do início do século XIX.(Silva, L.G., 1996). A importância dessa pesca era grande, sobretudo na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom Abrigo) e litoral de Santa Catarina, onde ainda hoje podem ser vistos os vestígios das diversas armações. A pesca da baleia somente terminou nos anos 70 com a desativação da empresa japonesa em Cabedelo (Paraíba), embora todas as armações baleeiras existentes tinham terminado suas operações no litoral brasileiro, em meados do século XIX como resultado da competição com pescadores norte-americanos.

A atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre as quais podem ser citadas a do *jangadeiro*, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do *caiçara* no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e o *açoriano*, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estiveram também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase que inteiramente da pesca costeira.

Nas primeiras décadas do século XX, a atividade pesqueira, antes vinculada à pequena produção assumiu, em algumas regiões, uma escala comercial de grande importância, como é o caso da pesca da sardinha por barcos chamados que usavam uma grande rede de cerco, chamada de traina. Daí o nome de traineiras a essas embarcações, que começaram a pescar na Ilha Grande (Rio de Janeiro) e foram introduzidas pelos portugueses e espanhóis, utilizando uma tripulação de 15 a 20 homens. A primeira dessas redes foi introduzida por um pescador espanhol, que a trouxe pronta de seu país, por volta de 1910. (Bernardes, 1958, e Brito Soeiro, 1960).

Além dessa atividade pesqueira realizada principalmente no litoral entre São Paulo e Rio de Janeiro, destacou-se também nas primeiras décadas do século XX a pesca realizada pelos descendentes dos pescadores açorianos que tinham chegado em meados do século XVIII para colonizar o extremo sul do Brasil, naquela época sob a meação espanhola.

A pesca da sardinha, realizada em grande escala, deu origem também às primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento) no Rio de Janeiro e Santos, ao passo que as indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul surgidas na década de 20-30 processavam principalmente a merluza.

Na década de 60, o governo brasileiro decidiu implantar uma indústria pesqueira em base empresarial, através de incentivos fiscais concedidos pela recém criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca- Sudepe. A maioria dessas empresas foram criadas, sobretudo no litoral centro-sul do Brasil, usando trawlers na captura do camarão para a exportação. (Diegues, 1983). Algumas dessas empresas foram criadas no Ceará, para a captura da lagosta. Nesse processo, surgia também um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, em contraposição à pequena pesca artesanal, baseada no modelo de *companha* própria da pesca ibérica, de onde também se trouxe o modelo de organização dos pescadores chamada de "colônias de pescadores", (introduzida por volta de 1922 e semelhante às guildas espanholas).

A pesca industrial/empresarial teve seu auge na década de 1970, passando por uma grave crise na década de 80, quando a maioria das indústrias fecharam suas portas. Uma das causas principais dessa crise foi a rápida sobrepesca dos bancos de camarão e algumas espécies de peixes, além da recessão econômica que limitou o aporte dos

recursos financeiros conseguidos facilmente pelas empresas. Uma parte das empresas pesqueiras do sul acabaram se transferindo para o litoral amazônico, sobretudo entre Pará e Maranhão, onde continuam explorando os bancos de camarão.

2. AS CIENCIAS SOCIAIS E A PESCA NO BRASIL

Década de 1940 - 1950

Até a década de 1960, o número de estudos e publicações sobre comunidades de pescadores brasileiros foi relativamente reduzido. No entanto é preciso destacar os trabalhos dos antropólogos Pierson e Teixeira (1947): *Survey de Icapara, uma vila de pescadores do litoral sul de São Paulo* e Gioconda Pierson e Teixeira (1947): *O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião* (1945) e *O cerco Flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil* (1946) que descreveram o modo de vida e técnicas de pesca utilizadas pelos pescadores- caiçaras do litoral Estado de São Paulo. A contribuição etnográfica de Mussolini foi importante para o entendimento das relações entre as comunidades caiçaras, (oriunda da miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro), o mar, os estuários e a Mata Atlântica. Ela analisou também o processo de disseminação entre os caiçaras, do cerco flutuante, aparelho de pesca introduzido pelos migrantes japoneses.

Década de 1950-1960

Entre 1950 e 60 houve uma contribuição significativa dos geógrafos humanos que descreveram vários aspectos da distribuição e formas de vida dos pescadores entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina (França, 1954; Bernardes, 1958; Brito Soeiro, 1961). Este último autor, em *Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro* (1960) analisou a introdução da pesca de linha de fundo com caíques, introduzida pelos pescadores portugueses provenientes da Póvoa do Varzim.

O folclorista Luís da Câmara Cascudo, em *Jangadeiros* (1957) fez o primeiro estudo sistemático sobre a pesca da jangada no Nordeste e as comunidades de jangadeiros, com suas tradições e conhecimento. Nesse trabalho, provavelmente pela primeira vez é descrita a pesca de caminho e assento ou marcação, pela qual os parciais

ocultos no mar são marcados visualmente através do uso de acidentes geográficos no continente.

Um outro trabalho que deve ser mencionado é o de Hélio Galvão: *Novas Cartas da Praia* (1968) onde o autor faz uma etnografia dos pescadores de jangada de Tibau do Sul, (Rio Grande do Norte), no Nordeste.

Um outro trabalho importante, dentro de uma perspectiva antropológica, e fugindo ao modelo de análise de comunidade está: o artigo de Cordell, *The lunar tide fishing cycle in Northeastern Brazil* (1967), enfatizando o conhecimento dos pescadores do litoral da Bahia sobre os ciclos naturais e o sistema de manejo pesqueiro

Pode-se afirmar que, com raras exceções, eram trabalhos mais descritivos e empíricos, sendo que, no final da década, apareceram alguns trabalhos dirigidos ao "estudo de comunidades", apresentadas, em geral, como entidades sociais isoladas da economia e sociedade nacionais. (Carvalho *et alii*, 1969).

Década de 1970

A década de 70 foi crucial para a pesca brasileira, pois o governo iniciou um processo de modernização das atividades pesqueiras, com altos investimentos em indústrias de pesca, sobretudo no sul e sudeste brasileiro. Essas empresas tiveram um forte impacto nas vilas de pescadores espalhadas ao longo do litoral brasileiro, causando uma série de mudanças sociais importantes.

A partir do final 1960 e meados de 1970, alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando as *mudanças sociais* acima referidas. Nessa época, a pesca e as comunidades de pescadores começaram a ser percebidas dentro de um contexto mais amplo da sociedade nacional, da penetração das relações capitalistas no setor, dos conflitos entre pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil e a capitalista, etc.

O sociólogo Fernando Mourão, em seu trabalho "*Os Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo*" (1971), relaciona as mudanças ocorridas nas comunidades de pescadores dessa área com a emergência de uma nova racionalidade, a de mercado. A emergência da racionalidade característica do sistema de mercado foi concomitante ao surgimento de um novo estrato social (os dos pescadores artesanais com embarcações

motorizadas que exploram o "mar de-fora") e ambos decorreram de mudanças no sistema de comercialização do pescado-especialmente fixação de um preço de mercado - e, em menor grau, da introdução de novas técnicas de captura, fato que também foi resultado da nova comercialização.

O autor utiliza um instrumental de análise weberiano contrastando o comportamento nao-orientado pela dinâmica do mercado próprio dos "pescadores-sitiantes" com o comportamento racional, orientado pelas demandas do mercado: a dos pescadores artesanais "profissionais" que exploram sobretudo o mar-aberto com a ajuda dos recém-introduzidos motores-de-centro (década de 60).. É nesse novo estrato - o dos pescadores artesanais motorizados - que o autor encontra uma certa ideologia da pesca, caracterizada pela identificação com o mar, em que a gratificação do trabalho aumenta não só pelas maiores quantidades capturadas, mas pelo domínio do mar, pelo prazer do saber-fazer.

Antonio Carlos Diegues, em *Pesca e marginalização no litoral paulista* (1971) e *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar* (1983), usando um enfoque da antropologia econômica, analisou as relações conflituosas entre a pesca artesanal e a pesca empresarial em termos de modo de produção, enfocando os aspectos sócio-políticos da emergência das empresas pesqueiras no país. Um dos aspectos importantes do trabalho é a análise da articulação e dependência da pesca artesanal em relação à empresarial, a desorganização da pesca artesanal, principalmente entre os pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo..

O antropólogo norte-americano, Shepard Forman, em seu livro *The raft fishermen* (1970), preocupou -se, fundamentalmente, com a mudança social e a tradição numa vila de jangadeiros, Coqueiral, no litoral de Alagoas.

Forman afirma que os jangadeiros de Coqueiral eram inventivos e que adotavam inovações desde que estas os beneficiassem diretamente e que não apresentassem grandes riscos ao que viviam num patamar mínimo de sobrevivência. Essas inovações incluíam, por exemplo, a introdução de redes mais eficientes. Para o autor, apesar do caráter tradicional da atividade pesqueira, as mudanças ocorriam vagarosamente, sendo acompanhadas de novas relações econômicas, particularmente por uma distribuição de riquezas que se da, em geral, em detrimento dos pescadores.

Em Coqueiral, os senhores locais (*bigwigs*) manipulavam o ambiente natural e social segundo seus interesses e, para controlar a força-de-trabalho exacerbam as tensões que existiam numa comunidade incipientemente estratificada. Eles ditavam os códigos de conduta e controlavam o mercado de pescado.

Kottak, um outro antropólogo norteamericano realizou uma análise diacrônica dos processos de mudança na comunidade baiana de Arambepe, através de dois trabalhos: o primeiro publicado em 1966 - *The structure of equality in a Brazilian fishing community* -, e outro em 1982 - *Assault on Paradise*. O autor parte do princípio que a comunidade estudada era relativamente isolada em 1965, com alto grau de homogeneidade social marcada pela presença da solidariedade familiar no trabalho de pesca e na vida social como um todo. Além disso, não havia ainda estratificação social, sendo também uma comunidade auto-suficiente na produção de alimentos.

Num primeiro retorno a Arambepe, em 1973, o autor já havia notado grandes transformações motivadas sobretudo pela implantação da Tilbrás, indústria química criminosamente instalada próxima a praia que passou a degradar o meio ambiente costeiro. Dada a beleza das praias e da paisagem, e também a proximidade de Salvador (Bahia) a comunidade passou a ser muito procurada pelos turistas. A introdução dos barcos a motor tinha beneficiado sobretudo pessoas fora do setor pesqueiro e alguns poucos já proprietários.

Em sua última estadia na comunidade, 1980, a situação tinha se transformado ainda mais, sobretudo pela abertura de uma estrada asfaltada ligando Arambepe a Salvador. Com ela, o turismo se intensificou ainda mais e se transformou na atividade mais importante na comunidade. Nesse ano, o número de pescadores tinha se reduzido a metade em relação a 1973, a atividade tinha sofrido grandes transformações, com a introdução da pesca empresarial-capitalista que usava sobretudo a força-de-trabalho migrante, exterior à comunidade. Inúmeras famílias passaram a viver de serviços a turistas (aluguel de casas, embarcações).

Ainda no final dessa década, a antropóloga Ana Maria Beck apresentou sua tese de Mestrado intitulada: *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório* (1979) analisa as transformações por que passam as comunidades de pescadores de origem açoriana no litoral de Santa Catarina.

Roberto Kant de Lima, em 1978 apresentou sua tese de mestrado intitulada: *Pescadores de Itaipu – a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade social*, enfocando o conhecimento desses pescadores do litoral fluminense sobre os fenômenos naturais e sua representação simbólica.

Uma contribuição importante na análise da mudança em comunidades de pescadores artesanais do litoral do Rio de Janeiro foi dada por Luís Fernando Duarte, em seu trabalho. *As redes do suor* (1979). O autor procurou analisar os mecanismos ideológicos existentes na trajetória de mudança entre a organização da pesca artesanal, centrada no modelo de companhia, que marca a cooperação entre os pescadores artesanais da canoa e a emergência de uma nova divisão de trabalho que passou a existir na pesca das grandes unidades de captura e pesca de sardinhas: as traineiras. Duarte analisou, em profundidade, a reprodução social dos pescadores de canoa e os impactos sobre ela causados pela imposição de um novo modelo de cooperação na produção das traineiras na comunidade de Jurujuba (RJ). Ele estudou o problema da identidade dos pequenos pescadores, centrada no modelo de companhia, situada no passado como referencial de legitimidade comum.

Nesse sentido, o mundo da desordem, introduzido pela produção capitalista que avilta o trabalho, o conhecimento do mar e seus ciclos, só poderia ser alterado com a volta ao modelo de companhia que, por sua vez, tampouco existe mais como no passado. Uma contribuição importante na análise da mudança em comunidades de pescadores artesanais foi dada por Luís Fernando Duarte, em seu trabalho. *As redes do suor* (1979). O autor procurou analisar os mecanismos ideológicos existentes na trajetória de mudança entre a organização da pesca artesanal, centrada no modelo de companhia, que marca a cooperação entre os pescadores artesanais da canoa e a emergência de uma nova divisão de trabalho que passou a existir na pesca das grandes unidades de captura e pesca de sardinhas: as traineiras. Duarte analisou, em profundidade, a reprodução social dos pescadores de canoa e os impactos sobre ela causados pela imposição de um novo

modelo de cooperação na produção das traineiras na comunidade de Jurujuba (RJ). Ele estudou o problema da identidade dos pequenos pescadores, centrada no modelo de companhia, situada no passado como referencial de legitimidade comum.

Década de 1980

Até a década de 80, grande parte das teses dos cientistas sociais sobre a pesca e comunidades de pescadores era produzida em instituições de pesquisa do sul do país, mas a partir de então houve uma diversificação geográfica maior desses trabalhos.

Essa década foi ainda mais profícua em trabalhos sobre os pescadores, sobressaindo sobretudo aqueles realizados na região norte do Brasil. Já no final da década de 70 as empresas de pesca, depois de sobre-explotar os recursos nos mares do sul-sudeste transferiram-se para Belém, no Pará, em virtude da riqueza ictiológica da foz do rio Amazonas. Ao mesmo tempo, houve uma expansão da pesca comercial, a partir de Belém e Manaus, quando as *geleiras*, ou barcos de transporte carregando gelo e barcos de pesca usando redes malhadeiras invadiam os rios e lagos onde anteriormente pescavam os moradores de beira de rio ou ribeirinhos, causando sérios conflitos. Esses conflitos tornaram-se ainda mais graves nos anos subsequentes, quando muitas comunidades residentes nos lagos, fecharam as bocas de acesso aos pescadores comerciais e iniciaram uma *reforma aquática*, com propostas de manejo que foram incorporadas pelo IBAMA-Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente.

O surgimento da pesca industrial-capitalista no litoral norte do Brasil e os conflitos daí decorrentes foram uma das causas para uma crescente produção científica, centrada no Museu Emílio Goeldi e Universidade Federal do Pará. O cientista político Alex Fiuza de Mello, em *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação* (1985) analisou as consequências das inovações tecnológicas na pesca costeira amazônica em termos de poder e dominação. Já a antropóloga Lourdes Furtado, em *Currallistas e Redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará* (1987) estudou as técnicas e a organização social dos pescadores do litoral nordeste do Estado do Pará

Esses trabalhos, assim como os de Violeta Loureiro- *Os parceiros do Mar: natureza e conflito social na Pesca da Amazônia* (1985), de Maria Angélica Maués. *A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica* (1980), de Maria Eunice Penner: *A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico* (1980), de Lourdes Furtado, Wilma Leitão e Alex Fiúza de Mello (1993) - *Povos da Águas, realidade e perspectivas na Amazônia*, apontam todos, por caminhos analíticos e descritivos diferenciados, em vários locais (litoral do Pará , principalmente), o mesmo processo de transformação da economia pesqueira tradicional pela ação das indústrias pesqueiras, em geral vindas do sul do país. Estas, depois de exaurirem os recursos vivos do mar de alto valor do mercado, como o camarão, deslocaram-se com frotas e fábricas de processamento pra o norte onde se situam grandes bancos pesqueiros. Esse processo de modernização e pilhagem da natureza, iniciada já nos anos 60, acentuou-se nas décadas subseqüentes numa violência nunca antes constatada nesse país. Se, num primeiro momento, essas indústrias usaram suas próprias embarcações para a pesca intensiva de espécies comerciais voltadas para a exportação (camarão, piramutaba, etc.), num segundo momento passaram a explorar também as áreas reservadas para a pequena pesca. A modernização, como a inovação tecnológica da pesca artesanal, como afirma Mello (1985), não foi uma estratégia neutra, mas respondeu a uma estratégia da grande empresa que teve assim seus custos diminuídos. Essa articulação com a empresa capitalista não foi, no entanto, despida de conflitos sérios com a pesca artesanal, resultando tanto da pilhagem desenfreada dos recursos naturais, causadora de uma grande mortandade de peixes miúdos pelo arrasto, como na destruição dos aparelhos de pesca tradicionais.

Nesse sentido, o mundo da desordem, introduzido pela produção capitalista que avilta o trabalho, o conhecimento do mar e seus ciclos, só poderia ser alterado com a volta ao modelo de companhia que, por sua vez, tampouco existe mais como no passado.

Rosyan de Caldas Britto, analisou a construção da identidade dos pescadores de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro em sua tese de mestrado: *Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos Pescadores de Arraial do Cabo* (1989)

Além disso, é necessário se mencionar os trabalhos dos antropólogos Simone Maldonado que em *Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta do Meio – Paraíba* (

1979) faz uma análise interna dos pescadores de bote, sua solidariedade e costumes alimentares. Ainda em *Pescadores do Mar* (1986), a antropóloga analisou a questão do saber, da territorialidade e do segredo entre os pescadores da Paraíba, no Nordeste.

Ainda no litoral sul brasileiro deve-se destacar os trabalhos da antropóloga Lúcia Helena Cunha :*Entre o Mar e a Terra: tempo e espaço na Pesca em Barra da Lagoa* (1987), da antropóloga Anamaria Beck :*Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*, e da socióloga Celia Maria e Silva, em seu livro: *Ganchos: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira* (1992) analisam as formas pelas quais os pescadores artesanais usam o espaço costeiro e a desorganização das comunidades pesqueiras de Santa Catarina.

Em 1989, Antonius Robben publicou seu trabalho, *Sons of the Sea Goddess*, analisando as práticas e o discurso na vila de pescadores de Camurim, na Bahia.

Em 1986 alguns cientistas sociais se reuniram em Brasília no *I Encontro de Ciências Sociais e o Mar*, para trocar informações sobre pesquisas realizadas no âmbito das populações humanas e o mar. Esses encontros continuaram a se realizar em 1988 e 1989 na Universidade de São Paulo (*II e III Encontros de Ciências Sociais e o Mar*), organizados pelo NUPAUB/CEMAR: Centro de Culturas Marítimas. Nesses encontros participaram antropólogos, lingüistas, cientistas políticos, sociólogos, etc. Em 1990 realizou-se, no Museu E. Goeldi, em Belém do Pará o *IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar*. De todos esses encontros foram publicadas atas contendo inúmeros trabalhos nas várias disciplinas das ciências humanas.

Década de 1990

Na década de noventa houve uma certa mudança no estudo das comunidades pesqueiras, dando-se prioridade a alguns temas que as afetam mais diretamente. Entre esses temas podemos citar o da conservação dos recursos pesqueiros e a questão dos parques nacionais, o turismo e suas consequências sobre as comunidades pesqueiras, a sobrevivência da cultura associada a essas comunidades, o papel da mulher na pesca, o etnoconhecimento e a organização social dos pescadores – ilhéus.

Também nesta década foram realizados trabalhos que enfocaram as consequências de políticas públicas de **conservação da natureza** (estabelecimento de áreas naturais protegidas) sobre as comunidades de pescadores artesanais. Em *Mito*

moderno da natureza intocada, de Antonio Carlos Diegues, (1994), *O nosso lugar virou parque de* Antonio Carlos C. Diegues e Paulo Nogara (1994) e a tese de Mestrado de Lea Maria Thomaz: *Representações sociais dos nativos da Ilha de Mel* (1996) foram analisados os impactos da implantação dessas áreas protegidas sobre o modo de vida das comunidades de pescadores costeiros. Ainda sobre os impactos de unidades de conservação sobre o modo de vida dos pescadores caiçaras do litoral norte de São Paulo, Candice Mansano apresentou, em 1998 sua tese de mestrado: *Do tempo dos Antigo ao Tempo de Hoje: o caiçara de Cambury entre a terra e o Mar*. Outros trabalhos, ainda que sobre as comunidades de pescadores ribeirinhos tratam da questão do acesso aos recursos naturais e do estabelecimento de reservas de uso exclusivo de grupos de pescadores que vivem às margens dos lagos amazônicos, muito ricos em peixes. (Mc Grath, David, 1993)

Os impactos do **turismo** sobre as comunidades de pescadores artesanais também tornou-se um tema importante para os cientistas sociais. Luciana Araújo, em *Forte Velho: da subsistência à dependência industrial* (1992) analisa as transformações por que passam os agricultores e pescadores daquela localidade, sob influência da expansão urbana e do turismo. Também sobre o impacto do turismo pode-se ressaltar a tese de mestrado da antropóloga Maria del Carmen Calvente: *No território do azul-marinho- a busca do espaço caiçara*, (1993) em que a autora analisa os conflitos gerados com o desenvolvimento do turismo na Ilhabela. O trabalho do antropólogo Steve Plante - *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade* (1997) avalia os impactos do turismo sobre a comunidade caiçara de Trindade, no Rio de Janeiro. Um outro trabalho que trata do impacto do turismo sobre os Lençóis Maranhenses, área costeira de dunas muito isolada geograficamente é o de Álvaro D'Antona: *O verão, o inverno e o inverso*, (1997) em que enfatizam-se os aspectos simbólicos da construção do lugar.

O historiador Luís Geraldo Silva em *A faina, a festa e o rito: gentes do mar e escravidão no Brasil* (1996), em que analisa o papel dos escravos libertos na atividade pesqueira do século XVII ao XIX. Esse mesmo autor também publicou *Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e Modernização no Brasil* (1993), ressaltando o papel da mobilização dos pescadores artesanais na defesa de sua cultura e de suas organizações de classe.

Um outro tema que aparece com mais frequência nessa década é o etnoconhecimento dos pescadores artesanais e nesse tema Eraldo Neto apresentou sua tese de mestrado: *Etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade no Litoral Norte Bahiano: um estudo de caso entre os pescadores do município do Conde*, (1998) na Bahia. Na área de etnoconhecimento destacam-se os vários trabalhos de Alpina Begossi sobre os pescadores da Ilha de Búzios, no litoral norte paulista.

O tema da mulher é relativamente novo, sobressaindo os trabalhos da socióloga Cristina Maneschy: *A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança do papel da mulher na manutenção doméstica entre família de pescadores no litoral do Pará* (1995). Também sobre o trabalho feminino na pesca, Edna Alencar publicou: *Trabalho feminino e participação política como instrumentos para a manutenção e renovação da qualidade de vida* (1997) entre os pescadores do litoral norte amazônico.

Finalmente, na coletânea *Ilhas e Sociedades Insulares*, (1997) organizada por Antonio Carlos Diegues (1997), vários cientistas sociais analisam os vários processos sócio-culturais em que os pescadores-ilhéus estão envolvidos.

3. ELEMENTOS PARA UMA SOCIO-ANTROPOLOGIA DAS COMUNIDADES DE PESCADORES MARÍTIMOS

A quantidade e a diversidade dos trabalhos sobre comunidades de pescadores publicados no Brasil apontam para a construção de um campo específico do conhecimento nas ciências sociais que poderia ser intitulado: Sócio-antropologia Marítima (ou da Pesca). Em alguns dos autores citados (Maldonado,1986, Diegues, 1995) aparece a preocupação em analisar as comunidades de pescadores como distintas das demais comunidades rurais que praticam a agricultura.

Até recentemente, essas comunidades marítimas eram estudadas com a utilização de conceitos e metodologias aplicadas às sociedades agrícolas ou rurais (Diegues, 1995). A partir da década de 70 começou a se desenvolver uma área específica do conhecimento nas ciências humanas intitulada antropologia marítima, sócio-antropologia marítima, ou ainda antropologia da pesca

A Antropologia Marítima é hoje um campo de pesquisa especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar, especialmente da pesca. A construção desse campo disciplinar é recente e o verbete *Antropologia Marítima* apareceu pela primeira vez em 1992, no prestigiado *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*, publicado pela Presses Universitaires de France, sob direção de Pierre Bonte e Michel Izard. Segundo Geistdoerfer, a Antropologia Marítima estuda a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho que daí retiram sua subsistência. A autora estuda, portanto, o modo de vida da *gente do mar* no que ela apresenta de específico e particular, em contraste com o modo de vida das populações continentais com as quais as comunidades marítimas mantêm relações sociais estreitas. Ainda segundo Geistdoerfer (1992), pode-se falar em sociedades marítimas em relação a determinações gerais ligadas à localização geográfica ou ao tipo de atividades humanas, às quais estão associados saberes técnicos particulares (conhecimento do meio marinho, da fauna e da flora, técnicas de fabricação de embarcações, de navegação).

Casteel e Quimby (1975) definem a Antropologia Marítima como o estudo de culturas, sociedades e subculturas marítimas no contexto da Antropologia. O estudo de qualquer cultura, sociedade ou subcultura marítimas nas várias disciplinas em que se divide a Antropologia (Etnologia, Arqueologia, Antropologia Social, etc.) pode ser considerado Antropologia Marítima. Por *marítima* entende-se do ou pertencente ao mar e esta subdisciplina abrange vasta gama de fenômenos culturais.

Alguns antropólogos preferem falar em *antropologia das sociedades de pescadores ou haliêuticas*. Collet (1993) assinala a especificidade desse mundo marítimo/haliêutico e das dificuldades em estudá-lo:

“A pesquisa no mundo haliêutico se parece com a superfície do mar em que tudo apaga. Ao contrário das sociedades agrárias, as quais, com pouca ou nenhuma escritura, são ricas em arquivos: a terra que produz as colheitas é uma realidade bem tangível... São raros os arquivos dos mestres-pescadores; a própria raridade não é outra coisa que a expressão de um mundo efêmero que se reflete também nas ciências humanas, por muito tempo voltadas somente para o mundo rural. Em conseqüência, os traços das sociedades haliêuticas não são objeto de estudo

sistemático, exceto na Europa do Norte, e por uma razão muito simples: pela prodigiosa quantidade de recursos haliêuticos.” (p. 25)

Existe também um debate sobre o caráter da antropologia marítima como subdisciplina no interior da Antropologia ou como simples campo de investigação antropológica. A maioria dos antropólogos interessados pelo tema prefere falar em campo específico de interesse e investigação (Galván, 1984; Geistdoerfer, 1984; Pascual, 1991), porque exige técnicas de observação e formas de análise particulares, diferenciadas das antropologias das sociedades camponesas e operárias. Somos da opinião que a antropologia marítima ou da pesca, como subdisciplina no interior da Antropologia, está em processo de constituição, possuindo um conjunto de temas, técnicas de observação e um grupo crescente de pesquisadores.

Entre as principais características responsáveis pela diversidade das sociedades marítimas estão a valorização positiva ou negativa do mar, o modo de organização econômica e social, o lugar reservado às atividades pesqueiras na economia, o modo de integração das comunidades litorâneas na sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar.

Geistdoerfer (1989) também nota que o *particularismo* social e cultural das sociedades marítimas é reforçado quando estas habitam as ilhas.

Os estudos de sociedades de pescadores se iniciaram já nos inícios da Etnologia, quando os pesquisadores ingleses começaram a fazer ciência com base em trabalhos de campo. Assim, Malinowski publicou em 1922 a clássica monografia, *Os Argonautas do Pacífico*, criticando os antropólogos evolucionistas que viam na pesca um estágio civilizatório anterior à agricultura e à sedentarização. A partir dessa perspectiva funcionalista, ele estudou a sociedade dos insulares tobríandeses, particularmente o *kula* (troca ritual de bens) realizado no âmbito da navegação entre as ilhas da Polinésia. Suas análises sobre as funções das crenças religiosas, dos mitos e da magia contribuíram decisivamente para consolidar um novo campo do conhecimento humano: a Antropologia.

Outro pesquisador que contribuiu decisivamente para a construção da Antropologia foi Raymond Firth, também funcionalista, que publicou em 1946 *Os*

Pescadores Malaios. Nesse trabalho, Firth utilizou indistintamente os conceitos de economia dos pescadores e economia camponesa. Segundo este autor, ambas as economias apresentam analogias estruturais e a sociedade dos pescadores foi tratada como parte das sociedades camponesas. No entanto, em trabalho posterior (1970), Firth fez uma diferenciação entre o camponês e o pescador, baseada no tipo de acesso aos recursos naturais.

Deve-se notar, como enfaticamente afirma Breton (1989), que esses primeiros antropólogos não estavam interessados em estudar especificamente as sociedades insulares (Malinowski) ou as sociedades marítimas dos pescadores (Firth). O interesse de ambos era teórico, dirigido à elaboração de novas metodologias (pesquisa de campo, método funcionalista) e fazer avançar teoricamente a Antropologia.

A inserção ou não das sociedades marítimas e de pescadores artesanais no mundo camponês, como havia feito inicialmente Firth, causou muito debate entre antropólogos e sociólogos. Wolf (1966) afirma que as comunidades de pescadores marítimos são diferentes das camponesas porque estas produzem um fundo de renda apropriado por um produtor. Forman (1970), no entanto, afirma que esse fundo de renda também existe entre os pescadores artesanais e é constituído pelo imposto que pagam às colônias de pescadores. Em trabalhos anteriores (Diegues, 1983, 1995) diferenciamos sociedade dos pescadores e sociedade camponesa, apesar de ambas estarem inseridas na pequena produção mercantil. Nesses trabalhos, foi ressaltado o *particularismo* da gente do mar, seu modo de vida específico marcado por práticas sociais e culturais diferenciadas das camponesas. Essas práticas e modos de vida se constroem em relação a um meio tanto física quanto socialmente instável e imprevisível. O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços, pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis.

Os estudos de caráter antropológico e sociológico, a partir da década de 70, tanto no Brasil quanto no exterior, começaram a indicar as limitações teóricas e metodológicas encontradas na análise das sociedades marítimas oriundas da aplicação dos conceitos próprios das sociedades camponesas. Como afirma Geistdoerfer (1989), os conceitos utilizados até hoje para analisar as sociedades camponesas, como a função da família na reprodução social, o salário e a propriedade, dificilmente se aplicam à realidade social marítima e às práticas da *gente do mar*. As comunidades marítimas se constituem pela prática da gente do mar num ambiente natural marcado pelo risco, pelo perigo e pela instabilidade. No entanto, afastando-se do perigo do determinismo geográfico, Geistdoerfer (1989) afirma que os homens do mar souberam colocar em prática sistemas sociais, econômicos e religiosos destinados a ocupar, explorar, gerir e imaginar o mar e os seus recursos. Esses sistemas podem ser parcialmente ou inteiramente diferenciados **dos** empregados pelas sociedades continentais. Esses sistemas atribuem às características naturais do oceano uma dimensão antropológica:

“As práticas sócio-culturais da gente do mar, o conjunto de comportamentos, reúnem aquilo que denominamos por ‘técnico’, ‘simbólico’, ‘social’, ‘econômico’, ‘ritual’. Essas práticas são marcadas, de maneira original, por essas ‘propriedades naturais’ do mar, socializadas pela aplicação dos diferentes sistemas. Mas segundo o valor social, econômico ou simbólico que as comunidades dão ao mar e aos seus recursos, o conjunto de práticas sócio-culturais dessas comunidades pode ser marcado de forma diferenciada.” (Geistdoerfer, 1989: 7)

Entre os vários aspectos de que se reveste o *particularismo* da gente do mar sobressaem os aspectos simbólicos, mágicos e rituais de que se reveste, em muitas culturas marítimas, a relação **homem/mar**. Esses aspectos simbólicos variam de cultura para cultura. Enquanto nos países ocidentais, o oceano constitui um objeto de medo e terror, em algumas sociedades do sul do Pacífico o espaço marítimo é o *locus* de vida, um ser vivo com o qual é preciso se conciliar antes de nele se adentrar. As sociedades marítimas do Pacífico, mais do que outras, desenvolveram mitos e ritos relativos ao mar e aos seres vivos que nele habitam. Nas sociedades ocidentais, esses mitos e ritos estão em

desaparecimento, do ponto de vista coletivo, mas alguns deles ainda persistem do ponto de vista individual.

De um lado, há os rituais de acesso ao mar e de outro, os de acesso aos recursos que nele existem. Na Polinésia, por exemplo, o mar está na origem das ilhas e das sociedades. Cada lugar no oceano, cada ilha, é marcada pelo aparecimento ou moradia dos ancestrais míticos. (Geistdoerfer, 1989)

Quando entram no mar, os pescadores, por exemplo, devem abandonar o que vem da *terra* para se proteger; quando chegam do mar devem abandonar o que receberam do mar, para se reintegrar na sociedade dos *continentais*, sem os contaminar. Hoje, os rituais coletivos de proteção da gente do mar (procissões, oferendas, ex-votos) estão desaparecendo, mas permanecem ainda certas práticas como evitar a presença, no barco, de certas categorias de pessoas (religiosos, mulheres), não proferir certas palavras e comportamentos enquanto navegam durante a noite.

Yvan Breton (1981) foi um dos primeiros antropólogos a fazer uma revisão crítica da antropologia marítima, estudando o nascimento desse campo disciplinar, sua história e suas bases epistemológicas. Ele afirma que a Antropologia marítima até então havia se contentado em utilizar, em sua análise, metodologias desenvolvidas em outros campos disciplinares, aplicando os formalismos da antropologia econômica, da ecologia, esquecendo de realizar uma reflexão própria sobre as especificidades das sociedades marítimas.

Alberto Galván (1984), ainda que se concentrando na antropologia da pesca, analisa os vários modelos e óticas por meio das quais foram realizados estudos dentro desse campo de pesquisa. Entre os vários enfoques citados, esse autor distingue a Etnomedologia ou a antropologia simbólica, a ecologia dos sistemas, a ecologia processual e o enfoque marxista.

Na antropologia simbólica distinguem-se os trabalhos que estudam a pesca como um sistema cultural, explorando a autopercepção do pescador, a percepção do espaço e do tempo, a estrutura da autoridade, a dualidade barco-terra, colocando como tema central *a sorte*, em torno da qual giram os vários aspectos da vida dos pescadores. Dadas as incertezas, os imponderáveis climáticos e de mercado, cria-se entre a sociedade dos pescadores uma psicologia particular e um certo apego à vida do mar, que dificulta sua

inserção em terra. O contrário da *sorte* é o *fracasso* (Maldonado, 1994) como pertencente a um contexto indefinido que começa onde termina o controle da realidade marítima.

Centros de Antropologia/Sociologia Marítima surgiram recentemente no Canadá, França e Holanda. Em Paris, o Centro de Etno-Tecnologia em Meio-Aquático foi fundado em 1970 por pesquisadores em Ciências Humanas no Museu Nacional de História Natural. Esse centro tem por função reunir aqueles que estudam diferentes aspectos da vida dos pescadores, a fim de confrontar orientações, métodos e conhecimentos. O centro reúne principalmente antropólogos, etnólogos, sociólogos, historiadores, com várias pesquisas em curso.

Já os pesquisadores de Amsterdam estão reunidos em torno da revista *Maritime Anthropological Studies* (MAS) que começou sua publicação em 1988.

Mais recentemente antropólogos e sociólogos brasileiros têm produzido trabalhos que acenam para uma sociologia e antropologia das comunidades marítimas. Baseiam-se eles na especificidade das comunidades de pescadores: em suas relações com o meio ambiente particular, o mar, no seu mundo de valores e ideologias decorrentes dessas relações com o mundo natural e também com a sociedade mais ampla, a nível regional e nacional. Parte desses pesquisadores estão associados ao CEMAR, Centro de Culturas Marítimas, da Universidade de São Paulo, onde, em associação com o Programa de Pósgraduação em Ciência Ambiental tem sido ministrado um curso sobre antropologia marítima. Além disso, o CEMAR tem desenvolvido e publicado vários estudos sobre as comunidades de pescadores brasileiros bem como organizou um centro de documentação e teses sobre o tema. Outros grupos de antropólogos que tratam da antropologia marítima e da pesca estão dispersos pelo extenso litoral brasileiro, tendo sobressaído pelos seus trabalhos o Departamento de Antropologia do Museu Goeldi, em Belém do Pará e o da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa.

Bibliografia

- ARAUJO, L. 1992 *FORTE VELHO: DA SUBSISTÊNCIA À DEPENDÊNCIA INDUSTRIAL*. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA.
- BECK, A. - 1979. *Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*. Dissertação de Mestrado, UFSC.

- BERNARDES, S. - 1950. "A pesca no litoral do Rio de Janeiro". In: *Revista Brasileira de Geografia*, nº 1/ ano XII.
- BRETON, Y 1981 *Les sociétés de pêcheurs*, v.5. Dep.d'Anthropologie, Quebec,Univ.Laval
- BRETON, Y. & ESTRADA, E. L. - 1989. *Ciências Sociais y Desarrollo de las Pesquerías: Modelos y Métodos Aplicados al Caso de México*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia. (Colección Divulgación).
- BRITO, S. - 1960. *Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro*. In: *Estudos, Ensaios e Documentos* Lisboa.
- BRITTO, R. 1989 *Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo* (RJ). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- CALVENTE, M.C. 1993 *No territorio do azul-marinho- a busca do espaço caiçara*. Dissertação (Mestrado) Depto de Geografia, USP- São Paulo
- CÂMARA CASCUDO - 1957. *Os Jangadeiros*. Rio de Janeiro, MEC.
- CARVALHO, A. *et alli* - 1969. *Comunidades Isoladas*. São Paulo, SPV.
- CASTEEL, R QUIMBY, J 1995 *Maritime adaptations of the Pacific*. Haia, Mouton
- CORDELL, J. - 1967. The Lunar Tide Fishing Cycle in Northeastern Brazil. In: *Ethnology*, v. 13, outubro.
- COLLET, S. 1993 *Uomini e Pesce: la caccia al pesce spada tra Scilla e Cariddi*, Milano. Giuseppe Maimone, Ed.
- CUNHA, L. H. - 1987 *Entre o Mar e a Terra: Tempo e Espaço na Pesca em Barra da Lagoa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC.
- D'ANTONA, A 1998. O verão, o inverno e o inverso. Unicamp, Campinas
- DIEGUES, A. C. S. (org)1997 *Ilhas e Sociedades Insulares*, Nupaub, São Paulo
- 1995 *Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima*, Nupaub, São Paulo
- 1996 *O mito moderno da natureza intocada*, Hucitec, São Paulo
- _____ - 1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*, São Paulo, Ática. (Ensaio; 94)
- _____ - 1973. *A Pesca no Litoral Sul de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP.
- DIEGUES, A. C. & SALLES, R. (orgs.) - *Ciências Sociais e o Mar no Brasil*. In: Coletânea do II Encontro. São Paulo, NUPAUB-USP.
- DIEGUES, AC. & NOGARA, P. 1994 *O nosso lugar virou parque*, Nupaub, São Paulo

- DUARTE, F. - 1978. *As Redes do Suor: a Reprodução Social dos Pescadores da Produção do Pescado em Jurujuba*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro.
- ELLIS, M.A 1969 *A baleia no Brasil Colonial*, Melhoramentos, São Paulo
- FIRTH, R. - 1970 . *Social Structure and Peasant Economy: the Influence of Social Structure upon Peasant Economies*. In: WHARTON - Subsistence agriculture and economic development. Frank Less.
- _____ - 1946. *The Malay Fishermen: their Peasant Economy*. London.
- FORMAN, S. - 1970. *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy*. EUA , Indiana University Press.
- FRANÇA, A. - 1954. *A Ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana*. In: *Boletim de Geografia*. São Paulo, USP, n.10.
- FURTADO, L. - 1987. *Currallistas e Redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará*. Belém, Museu Emilio Goeldi.
- FURTADO, L et al. 1993 *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*, PR/MCT/CNPq-Museu Emílio Goeldi, Belem
- GALVAN, A, 1984 *La antropologia de la pesca: problemas, conceptos y teorías*. Santiago de Compostela, Actas del Col. Etnografía Marítima(n.p.)
- GALVÃO, H. 1968 *Novas Cartas da Praia*, Edições do Val, Natal
- GEISTOERFER, A. - 1989. *Antropologie maritime: appropriation technique, sociale et symbolique des ressources maritimes*, Paris, CNRS,
- KOTTAK, C. - 1983. *An Assault on Paradise*. Michigan, Ann Arbor Univ. of Michigan Prees.
- _____ - 1966. *The Structure of Equality in Brazilian Fishing Community*. Columbia, Univ. Press.
- JORION, P 1983 *Les pêcheurs d'Houat*, Paris, Coll.Savoir-Herman
- LANGESDORF, G. 1996 *Anotações de uma viagem em torno da terra (1803-1807)*, in Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos 'seculos XVIII e XIX, Editora Lunardeli,/Edit. UFSC
- LABERGE, J. - 1988. *As Naturezas do Pescador*. In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. - II Encontro de Ciências Sociais e o Mar. São Paulo, NUPAUB-USP.
- LERY, J. 1954 *Viagem à Terra do Brasil*, Livraria Martins Editora,
- LIMA, R. 1978: *Pescadores de Itaipu: a pescaria da taíinha e a produção ritual da identidade social.*, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

- LOUREIRO, V. - 1985 - *Os Parceiros do Mar: Natureza e Conflito Social na Pesca da Amazônia*. Belém, Museu Emilio Goeldi.
- MALDONADO, S. - 1991. *Entre dois Meios*. Tese de Doutorado, Brasília, UnB.
- _____ - 1988. *No Mar: Conhecimento e Tradição*. In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. - II Encontro de Ciências Sociais e O Mar. São Paulo, NUPAUB-USP.
- MALINOWSKI, B. - 1992. *Argonauts of the Western Pacific*, Illinois, Waveland Press.
- MANSANO, C. 1998 *Do tempo dos Antigo ao Tempo de Hoje: o caiçara de Cambury entre a terra e o mar*. Unicamp, Campinas
- MAUES, M.. 1980 *A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia*, NAEA/UFPA, Belem
- MELLO, A. F. - 1985. *A Pesca sob o Capital: a Tecnologia à Serviço da Dominação*. Belém, UFPA.
- MOURÃO, F. - 1971. *Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP.
- _____ - 1967. *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia*. Dissertação de Mestrado, USP.
- MUSSOLINI, G. - 1945. *O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião*. In: *Revista de Sociologia*, 7(3).
- NETO, E. 1998. *Etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade no litoral norte baiano: um estudo de caso entre os pescadores do Município do Conde*:Universidade Federal do Alagoas.
- PASCUAL, F.J (s.d) *Antropologia marítima, historia, ecologia, organización social y cambio económico*, Madrid. Minist. De Pesca
- PENNER, M. A. - 1984. *Dialética da Atividade Pesqueira no Nordeste Amazônico*. Dissertação de Mestrado, Belém, UFBA.
- PIERSON, D. & TEIXEIRA, C. - 1947. *Survey de Icapara*. In: *Sociologia*, n.9.
- PLANTE, S. 1997 *Espaço, Pesca e Turismo em Trindade*, Nupaub, São Paulo
- ROBBEN, A.1989. *Sons of the Sea Goddess: economic practice and discursive conflict in Brazil* Columbia University Press, New York.
- SILVA, G.- 1988. *Tudo o que tem na Terra tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre os Trabalhadores da Pesca em Piratininga*. In: DIEGUES, A. C. & SALLES, R. II Encontro de Ciências Socias e o Mar. São Paulo, NUPAUB-USP.

- SILVA, L.G. 1996 *A faina, a festa e o rito. Gentes do mar e escravidão no Brasil (sec. XVII ao XIX)*, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História, Universidade de São Paulo
- 1993 *Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*, Nupaub- São Paulo,
- SILVA, C.1992 *Ganchos/SC, Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*, Editora UFSC, Florianópolis
- THOMAS, L. 1997. *Representações sociais dos nativos da Ilha do Mel*, in DIEGUES, AC, *Ilhas e Sociedades Insulares*, Nupaub, São Paulo
- WOLF, P. - 1966. *Peasants*. Englewood Cliffs. Prentice Hall.